

TRANSPOSIÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO -PB

Rejane do Nascimento da Silva¹
Amanda Miguel de Araújo²
Polyana Pereira da Silva³

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, ¹rejanengeo@gmail.com, ²amandamf2@hotmail.com, ³polyps99.ps@gmail.com

INTRODUÇÃO

A ideia de transpor as águas do Rio São Francisco existe desde o imperador Pedro II, a partir da “grande seca” ocorrida nos sertões nordestinos durante os anos de 1877 a 1879 o imperador enviou uma missão composta por cientistas e engenheiros para avaliar a situação das populações afetadas. Nesta missão pela primeira vez falou-se sobre a transposição das águas para as áreas críticas (VALE, 2006).

Periodicamente a transposição era discutida, mas sem nenhum empreendimento posto em prática. Em setembro de 2004, foi apresentado o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), em 2005 a obra foi licenciada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a utilização das águas foi aprovada pela Agência Nacional de Águas (ANA) (SOARES, 2013).

Em março de 2017 o eixo leste da obra foi inaugurado trazendo esperança para as cidades das bacias receptoras que enfrentavam cerca de cinco anos de seca. Infelizmente apesar da inauguração muito ainda tem que ser feito, a transposição vem sendo marcada por contradições técnicas, reprovações ambientais e muito uso político, fazendo nos questionarmos em que momento esta obra não passará de uma máscara utilizada por políticos que se utilizam de fenômenos naturais que afetam as populações mais pobres como forma de campanha política (CARDOSO, 2014).

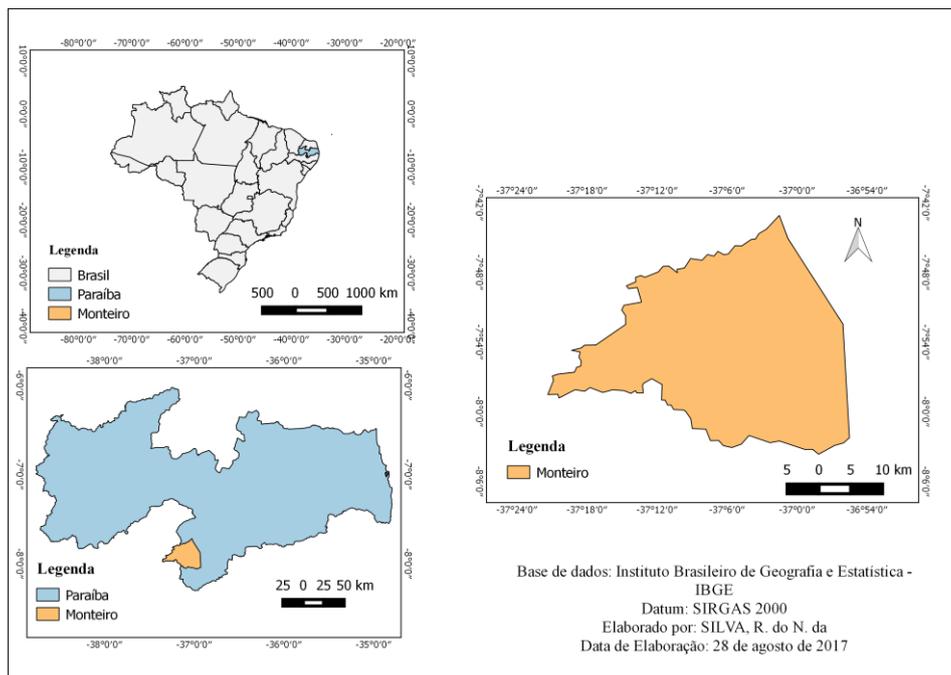
Este trabalho é resultado de uma análise de campo ofertada pela disciplina “Geografia dos Recursos Hídricos” do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), configurando-se assim como o momento de articulação entre teoria e prática, e tem como objetivo apresentar de forma crítica alguns aspectos evidenciados na análise da paisagem.

METODOLOGIA

Área de Estudo

O município de Monteiro está localizado na região geográfica imediata de Campina Grande – PB, segundo a nova classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Possui uma área de 986 km². A sede do município tem uma altitude aproximada de 599 metros (figura 1). O município está inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja, que representa a paisagem típica do semi-árido nordestino. O clima é do tipo Tropical Semi-árido com chuvas de verão. Neossolos litólicos, rasos, pedregosos são característicos do município. Monteiro encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, região do Alto Paraíba, todos os cursos d'água tem regime de fluxo intermitente e o padrão da drenagem é do tipo dendrítico (Companhia de pesquisa de recursos minerais, CPRM, 2005). O período chuvoso se inicia em novembro com término em abril, apresentando uma precipitação total anual de 600 a 700mm/ ano (MELO et al., 2013).

Figura 1- Localização do município de Monteiro - PB



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa é baseada em uma metodologia de abordagem qualitativa. A coleta de informações foi realizada através de pesquisa bibliográfica sobre o tema. Optou-se por uma pesquisa de campo para analisar a obra de transposição do Rio São Francisco do município de Monteiro. A análise de campo foi realizada juntamente com o engenheiro Flávio, integrante da equipe responsável pelas obras de transposição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 10 de março de 2017 as águas do Rio São Francisco chegaram à cidade de Monteiro na Paraíba, inaugurando o eixo leste da obra. Apesar de todo o beneficiamento que será promovido com a chegada da água na região que é caracterizada por possuir um clima tropical quente e seco e atualmente vem passando por um período de seca, a análise de campo foi realizada juntamente com um dos engenheiros responsáveis pela obra, segundo ele e foi perceptível notar que as águas do Rio São Francisco estão se misturando às águas poluídas por esgotos sem tratamento de diversos municípios.

As águas do Rio Paraíba passam pelo município de Monteiro e seguem para o reservatório de Poções, segundo Dementushuk (2014, p.1) neste trecho as águas estão contaminadas principalmente por esgotos sanitários e lixo:

Atualmente são 6.946 ligações de esgoto e a rede não suporta mais a demanda da população. No canal de esgotos pluviais, embora não chova há dois anos, o esgoto continua escorrendo com grande vazão, carregado também de resíduos sólidos lançados pela população. O esgoto verte até do solo da cidade, através de buracos na tubulação antiga que leva o esgoto bruto da Estação Elevatória de Esgoto (EEE), para a estação de tratamento. A estação elevatória é o destino final da coleta da rede de esgoto da cidade, antes de ser conduzida para a estação de tratamento. Quando a bomba quebra, ou quando a capacidade da estação elevatória chega ao limite, o que acontece com frequência, todo o excedente vai direto para o Rio Paraíba (DEMENTSHUK, 2014, p.1).

Como podemos perceber há um descaso com a população, tendo em vista que o saneamento básico configura-se como um importante aspecto da saúde pública, a má qualidade da água e a falta de esgotamento sanitário adequado são responsáveis por 80% das doenças e 1/3 da taxa de mortalidade (ANTUNES, 1996)

Segundo Ribeiro e Rooke (2010) o saneamento é um direito básico assegurado pela constituição e definido pela lei nº 11.445/2007 e objetiva alcançar a salubridade ambiental, é definido pelo conjunto de serviços: infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de



águas pluviais. Diante disso, questiona-se se no projeto da transposição não foi evidenciado o saneamento básico dos municípios das bacias receptoras, Borja e Mores (2006) evidenciam que o município é titular do serviço de saneamento básico tendo autonomia e competência para organizar, regular, controlar e promover a realização destes serviços, neste caso tem-se uma falta de compromisso das prefeituras com as obras de transposição.

Segundo explicações do engenheiro durante a análise de campo na cidade de Monteiro foi necessário a realização de obras para desviar a água do Rio São Francisco dos efluentes produzidos pela população (Figura 4 e 5), obra que estava sob responsabilidade do Estado, porém quando chega no trecho que compreende ao Rio Paraíba há o encontro dos efluentes com as águas, ocasionando poluição e inviabilidade para consumo humano, este problema é resultante da falta de gestão.

Figura 4 – Canal pluvial construído como forma de “bloqueio” entre o esgoto e as águas do Rio São Francisco



Fonte: SILVA, 2017.

Figura 5- Efluentes no canal pluvial



Fonte: SILVA, 2017.

No estado da Paraíba a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba- CAGEPA é responsável pelo fornecimento da água e tratamento do esgoto, é necessário que seja reelaborado uma rede de canalização para efluentes por ser mais viável do que o tratamento das águas poluídas. Há diversas formas de reutilização dos esgotos, Rego *et al.* (2005) estudou o uso do esgoto doméstico como alternativa de irrigação, ele executou um experimento utilizando o esgoto tratado para a irrigação na cultura de melancias e obteve resultados positivos. Dementshuk (2014) ressalta que antes da chegada das águas seria de extrema importância a resolução pelos estados receptores para o aproveitamento adequado das águas o esgotamento sanitário e a educação ambiental da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto foi possível perceber que muito ainda tem que ser feito para a finalização das obras no eixo leste. A falta de saneamento é um dos principais problemas, uma vez que atinge diretamente a qualidade das águas e coloca em risco a saúde da população, este problema é causado principalmente devido a ausência de gestão, uma vez que os municípios são responsáveis pelas obras de saneamento básico. Torna-se fundamental investir nas regiões das bacias doadoras e receptoras das águas do velho Chico melhorando a qualidade de vida das populações, a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES,S. **A nova lei do saneamento básico pegou?**. São Paulo,2016. Disponível em: <<http://aguasdobrasil.org/educacao-11/a-nova-lei-de-saneamento-basico-pegou.html>> acesso: 02/04/2017, 14:00.

BORJA, P.B; MORAES, L.R.S. O acesso às ações e serviços de saneamento básico como um direito social. **XII SILUBESA**, 2006.

CARDOSO, C.F. **Rasgos na terra para a passagem da água: transposição do rio São Francisco e politicagens em trechos do semiárido paraibano**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em geografia)- Universidade Estadual da Paraíba, 2014, 46p.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). **Serviço Geológico do Brasil.Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município deMonteiro, Estado da Paraíba, 2005. 33 p.

DEMENTSHUK, M. **Na contramão da transposição** (2014). Disponível em:<<http://apublica.org/2014/02/na-contramao-da-transposicao/>> acesso em: 30/03/2017, 19:00.

Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:2017/ IBGE, Coordenação de Geografia .- Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/> acesso em: 28/08/2017.

MELO, D.F. de; SILVA, R.F.B.da; SANTOS, F.S.dos; PEREIRA, M. C. de A.; RACHED, S.A. Estudos as necessidades hídricas do município de Monteiro considerando o índice pluviométrico nos últimos anos. **Anais do I Workshop Internacional sobre Águas no Semiárido Brasileiro**, Campina Grande – PB, 2013.

RIBEIRO, J.W; ROOKE, J.M.S. **Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Análise Ambiental, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010

REGO, J,de L. Uso de esgoto doméstico tratado na irrigação da cultura da melancia. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**,v.9, Campina Grande, 2005.

SOARES, E. Seca no nordeste e a transposição do rio São Francisco. **Geografias**, Belo Horizonte, vol.9, nº2, 2013.

VALE, D.C.D. Transposição das águas do rio são Francisco- uma revisão temática. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**, Recife, vol. 3, p. 53-72, 2006.